

O Papa Francisco e as mudanças na governança global da Igreja Católica

Pope Francis and the changes in the global governance of the Catholic Church

Massimo Faggioli*

Tradução de José Martins dos Santos Neto**

Resumo

O artigo analisa alguns aspectos do estilo de governo do papa Francisco e do contexto geral do tema de uma reforma sinodal da Igreja Católica no mundo global. Nesse sentido aborda as questões do significado de *Ecclesia semper reformanda* em uma Igreja globalizada; da colegialidade episcopal à sinodalidade eclesial e ao processo sinodal 2021-2023; da relação entre o Papa Francisco e a Cúria Romana; dos problemas com a globalização da Igreja; e do significado da governança da Igreja global na era da crise dos abusos sexuais. O artigo enquadra as decisões e escolhas mais importantes do papa Francisco no governo da Igreja Católica na característica mais indiscutível do pontificado: o reposicionamento de um eixo teológico e geopolítico estritamente europeu e norte-americano a fim de abraçar a vocação global do catolicismo. Isso implica em algumas mudanças que marcaram época no que diz respeito ao papel do Vaticano, sua relação com as igrejas locais e as conferências episcopais, assim como a ideia de reforma da igreja.

Palavras-chave: Ecclesiologia. Papado. Governança. Crise de abuso. Descentralização. Sinodalidade.

Abstract

The article analyzes a few aspects of pope Francis' governing style and the overall context for the issue of a synodal reform of the Catholic Church in the global world: the meaning of "*Ecclesia semper reformanda*" in a globalized Church; from episcopal collegiality to ecclesial synodality and the "synodal process 2021-2023; the relationship between pope Francis and the Roman Curia; the troubles with the globalization of the Church; the meaning of governance of the global Church in the age of the sexual abuse crisis. The article frames pope Francis' most important decisions and choices for the governance of the Catholic Church in the most undisputable feature of the pontificate: the re-positioning out of a strictly European and North American theological and geopolitical axis, in order to embrace the global vocation of Catholicism. This implies some epoch-making shifts for what concerns the role of the Vatican, its relationship with the local churches and the bishops' conferences, and the idea of church reform.

Keywords: Ecclesiology. Papacy. Governance. Abuse crisis. Decentralization. Synodality.

Artigo submetido em 17 de dezembro de 2021 e aprovado em 7 de janeiro de 2022.

*Doutor em História da Religião. Professor da Universidade Villanova. País de origem: Itália. E-mail: massimo.faggioli@gmail.com.

**Doutor em Filosofia. Professor na PUC Minas. País de origem: Brasil. E-mail: biotoque@yahoo.com.br.

Introdução

O pontificado do Papa Francisco só pode ser compreendido no contexto de um processo secular de transformação da Igreja Católica Romana em uma inculturada e descentralizada Igreja Católica global. Este artigo tenta analisar um aspecto específico do pontificado e sua virada em direção ao global: as mudanças no governo da Igreja, com particular atenção à concepção de Francisco acerca da reforma da Igreja, da sinodalidade, da crise da globalização e do tratamento da crise de abuso na Igreja Católica. Este artigo tenta propor algumas hipóteses sobre as principais tendências e dinâmicas em um pontificado ainda longe de ser terminado.

1. *Ecclesia semper reformanda* numa Igreja globalizada

Se ainda não estava claro, a pandemia certificou que a era atual diz respeito à era da crise de confiança nas instituições, assim como da governança em todos os níveis – local, nacional, internacional e global. A Igreja Católica é uma organização multissecular, uma das instituições mais antigas do mundo, com uma tradição ininterrupta de administração centralizada sobre vastos territórios e numerosos e diversos povos ao longo dos séculos. A Igreja Católica também está passando por uma crise de estabilidade e governança: a eleição de Francisco foi em parte também a tentativa de estabilizar o papado após a crise no governo do Vaticano durante o papado de Bento XVI.

O historiador italiano Andrea Riccardi resumiu a contribuição de Francisco para a atual crise de governança:

Bergoglio tem um profundo sentido das instituições [...] ele não vem de uma realidade estranha ao governo da Igreja, não é um eremita nem um intelectual, mas foi provincial dos jesuítas, bispo auxiliar e coadjutor e arcebispo de uma grande arquidiocese. Ele conhece o governo da Igreja Católica, mas sabe que a Igreja não é feita por seus líderes e instituições. (RICCARDI, 2013, p. 168).

O pontificado de Francisco definitivamente não abandonou a legitimidade carismática do papado moderno, mas parece estar se reequilibrando após dois pontificados de papas carismáticos (cada um à sua maneira) amplamente

desinteressados no dia-a-dia que reje a Igreja global. O Papa Francisco é ao mesmo tempo um legislador e um perturbador.¹

O conclave de 2013 deu à Igreja um papa que se revelou uma surpresa também para a questão da governança dessa mesma Igreja. Os cardeais que elegeram Francisco em 13 de março de 2013 esperavam a estabilização institucional mais do que o caminho teológico e espiritual de renovação aberto por seu pontificado. Essa não era apenas a expectativa de muitos cardeais, mas também de muitos católicos em todo o mundo. Francisco foi eleito em um conclave moldado pela esperança de uma restauração da estabilidade institucional da Igreja Católica, e especialmente do governo central da Igreja no Vaticano, em uma situação sem precedentes: a coexistência do papa recém-eleito pelo conclave de 2013 e o papa que acabara de renunciar, o Papa Bento XVI, que coabitou o Vaticano com seu sucessor por anos após sua renúncia.

Uma das premissas da eleição de Francisco em março de 2013 foi a sucessão do teólogo papa Ratzinger-Bento XVI como o papa da estabilização institucional, Bergoglio-Francisco. Não está claro se e como a sucessão de Bento XVI por Francisco correspondeu a essa expectativa. Durante o pontificado de Francisco, tem se tornado cada vez mais claro que a “questão católica” centra-se em torno da sustentabilidade da Igreja frente a uma crise crescente quanto à autoridade e credibilidade da instituição eclesiástica. Mas também tem ficado claro que o papel da Igreja e sua governabilidade assumiram um papel crescente à luz e no contexto de uma crise de sistemas na crise da globalização: a crise da Igreja / igrejas é apenas mais um aspecto da crise de política e do estado-nação e da ordem mundial no mundo ocidental.² No início do pontificado de Francisco, as evoluções políticas em muitos países do mundo – a começar pelos Estados Unidos e a União Europeia – começaram a ver o Vaticano e a Igreja Católica como uma ilha de relativa estabilidade institucional num mundo em estado de caos. Mas isso durou apenas até que a nova onda de crise dos abusos sexuais atingisse a Igreja Católica – e de forma direta, o papado – a partir de 2018.

¹ Sobre o Papa Francisco e a globalização, consultar FAGGIOLI, 2020.

² Sobre isso, ver FAGGIOLI, 2015, p. 41-60.

Nesse sentido, a perene questão da *ecclesia semper reformanda* – de uma Igreja que precisa ser governada, ao mesmo tempo em que se reforma constantemente – muda seus traços no contexto global do século XXI. É uma urgência diferente da Igreja Católica de Paulo VI ou de João Paulo II: o rosto da Igreja Católica assume diferentes formas à luz das diferentes situações histórico-políticas, tanto nacionais como globais. Mas a *ecclesia semper reformanda* começa a ser substituída por outro paradigma: a *ecclesia semper penitens*. A Igreja vem sendo forçada por pressões externas a ser uma Igreja que está constantemente se arrependendo dos escândalos financeiros e sexuais que parecem resumir sua incapacidade de mudar. Isso reformula o conceito e as possibilidades de reforma, bem como de governança.

O pontificado de Francisco teve que enfrentar um duplo desafio: governar uma Igreja em um mundo em turbulência geopolítica a lidar com a ruptura da globalização (SPADARO, 2018), e governar uma Igreja internamente mais complexa, dividida, diversa, pós-confessional e transconfessional do que antes, onde os escândalos se tornaram uma arma a ser usada nas políticas da igreja.

O pontificado de Francisco não deu uma resposta definitiva à questão da possibilidade de reformar e governar as instituições da Igreja Católica: certamente Francisco redescobriu a linguagem da colegialidade, da sinodalidade, de uma nova relação entre a Igreja "universal" e "local", uma releitura do papado formulada pelo Vaticano I em uma longa história da eclesiologia. (LEGRAND, 2014). A reversão de expectativas entre o conclave de 2013 e o pontificado de Francisco mudou a posição do pontificado em muitas questões em comparação com o antecessor. Um deles é o papel de Roma no governo da Igreja global, que em comparação com seus predecessores João Paulo II e Bento XVI assumiu um novo papel: menos juiz e árbitro, mais pontífice, isto é, construtor de pontes dentro da Igreja e do mundo.

O tema da reforma da Igreja tem permanecido na agenda do Papa Francisco: reforma da Igreja como reforma do modo de ser Igreja, reforma sinodal, reforma da Igreja universal e das Igrejas particulares, reforma

ecumênica, reforma para uma Igreja mais inculturada.³ O próprio Francisco tem governado mais pela via da legislação do que a média católica pode imaginar. Ele tem legislado mais do que Bento XVI em várias áreas (reforma dos tribunais matrimoniais, atividades financeiras da Santa Sé, normas litúrgicas, renúncia de bispos), de várias maneiras (*motu proprio*, *constituições apostólicas*, *rescripta ex audientia*), e também pela criação de novas instituições de governo (conselho de cardeais, novos dicastérios da Cúria, comissões com tarefas especiais, como a Pontifícia Comissão para a Proteção de Menores).⁴

2. Da colegialidade episcopal à sinodalidade eclesial e ao "processo sinodal 2021-2023"

O pontificado de Francisco começou numa Igreja com duas forças opostas a se contrabalançarem: o impulso teológico e eclesiológico para a descentralização e desinstitucionalização e a resposta institucional do pontificado de Bento XVI (e da parte final do pontificado de João Paulo II) por uma reinstitucionalização da dinâmica eclesial, com forte atuação do Vaticano. (THEOBALD, 2009).

Por um lado, as demandas por uma Igreja mais colegial e sinodal vinham dos defensores do Vaticano II como um evento e como uma fonte para a reforma da Igreja, enquanto, por outro lado, a agenda de um catolicismo neo-ultramontanista era um aspecto da reação contra o Vaticano II, tanto como memória histórica quanto como *corpus* de documentos percebidos como uma “ruptura” na tradição da Igreja.

A abordagem de Francisco relativa à questão do governo da Igreja tem a ver com sua hermenêutica do Concílio Vaticano II. Sua distância da hermenêutica abstrata e idealizada do Vaticano II molda sua eclesiologia e, em particular, sua visão sobre colegialidade e sinodalidade. Francisco é um intérprete criativo do Vaticano II que vê no concílio uma força dinâmica atuando em uma Igreja global em transformação. Sua eclesiologia global é clara em sua escolha da imagem da

³ Para uma ampla gama de questões representativas do debate sobre a reforma na Igreja Católica, consultar SPADARO; GALLI (2017).

⁴ Sobre isso, ver BIER, 2017.

Igreja como um “povo” ao invés da outra imagem do Corpo de Cristo. (FORESTIER, 2015).

A eclesiologia da sinodalidade de Francisco está enraizada em seu uso dinâmico do *sensus fidei*:

Se o *sensus fidei* é um dado, podemos ter acesso a ele ou, melhor, ele se manifesta apenas em um processo, processo de diálogo em uma dimensão institucional. Aqui é necessário distanciar-se de uma compreensão não dinâmica do consenso *fidelium* entendido apenas como unanimidade dentro de uma dada expressão de fé. (CHIRON, 2016).

A compreensão dinâmica do *consensus fidelium* em Francisco tem consequências para sua visão da dinâmica intraeclesial e da questão do governo da Igreja. A visão de Francisco sobre o problema da governança da Igreja está ciente das fissuras teológicas e das falhas eclesiais do pós-Vaticano II. E estava compartilhando sua menção das dimensões afetivas e efetivas da colegialidade em sua carta de 1º de abril de 2014 ao Cardeal Lorenzo Baldisseri, secretário-geral do Sínodo dos Bispos – um sintoma da honestidade de Francisco ao avaliar as experiências das assembleias anteriores do Sínodo dos Bispos mais como afetivas do que eficazes para a maioria dos membros do episcopado mundial:

Quase 50 anos se passaram desde a criação do Sínodo dos Bispos e eu também examinei profundamente os sinais dos tempos e com a consciência de que no exercício do meu ministério petrino é mais do que nunca necessário revitalizar ainda mais a estreita relação entre todos os Pastores da Igreja, desejo valorizar este precioso patrimônio do Concílio. (FRANCISCO, 2014a).

Menos original foi a menção de Francisco sobre a necessidade de aprender com o modelo sinodal das Igrejas Ortodoxas na *Evangelii Gaudium* 246, na seção sobre ecumenismo – não sobre Igreja e descentralização: "no diálogo com nossos irmãos e irmãs ortodoxos, nós católicos temos a oportunidade de aprender mais sobre o significado da colegialidade episcopal e sua experiência de sinodalidade."

Mas a visão de Francisco sobre o governo da Igreja é em grande medida transversal e "bipartidária" em comparação com as fissuras teológicas e as falhas eclesiais do período pós-Vaticano II. Francisco está mais interessado na renovação espiritual da Igreja do que na reforma das estruturas eclesiásticas; em continuidade com seus antecessores, ele também está mantendo à distância esses

movimentos que defendem uma agenda de reforma estrutural interna. Para Francisco, a redescoberta de um modelo eclesiológico mais participativo não se baseia em uma ideia liberal e individualista de um direito do batizado de ser consultado e participar do processo decisório, mas parte de uma eclesiologia missionária, como fica claro nos parágrafos iniciais da *Evangelii Gaudium* (parágrafo 3). É neste contexto que a governança global da Igreja de Francisco avança para um catolicismo menos centrado em Roma, “uma sólida ‘descentralização’.” (*Evangelii Gaudium*, 16).

A reforma do governo da Igreja sempre foi entendida por Francisco como resultado de uma “conversão pastoral” para o esforço missionário da Igreja que segue em frente (*Evangelii Gaudium*, par. 27). No mesmo quadro de alcance missionário está a autocrítica do papado por meio de Francisco sobre o fracasso em realizar concretamente o desejo do Vaticano II de fazer da Conferência Episcopal o tema da colegialidade na Igreja (*Evangelii Gaudium*, par. 32).⁵ A colegialidade e a sinodalidade estão relacionadas com uma nova valorização da dimensão carismática da Igreja (*Evangelii Gaudium*, par. 130) e na confiança na infalibilidade *in credendo* do povo de Deus (*Evangelii Gaudium*, par. 119).

A questão da colegialidade e da sinodalidade não é menos importante na encíclica sobre a nossa casa comum, *Laudato Si'*, onde o problema do poder é central. Na encíclica, o tema da colegialidade e da sinodalidade não é abordado diretamente, mas está muito presente, ainda que indiretamente. Do ponto de vista metodológico, a escolha de desenvolver o ensino papal citando abundantemente os ensinamentos das conferências episcopais nacionais e continentais é um passo de distanciamento da tradição anterior do ensino papal e um passo em direção a um “círculo hermenêutico” de recepção entre o magistério papal e o magistério local. No argumento da *Laudato Si'* contra a desigualdade e exploração de recursos há uma crítica ao “paradigma tecnocrático”, que é também uma crítica de um funcionalismo na eclesiologia na forma de redução da dinâmica eclesial a um processo corporativo que na cultura

⁵ Sobre isso, ver SCHICKENDANTZ, 2017, p. 376-399.

católica pode assumir a forma de autoritarismo ou de fácil assimilação da colegialidade e da sinodalidade ao processo democrático.

Esta resposta eclesiológica de Francisco à crise da globalização e à nova globalização católica é também uma mudança na responsabilidade missionária da Igreja *institucional* – bispos e clérigos como presidentes de comunidades geográficas locais – para uma responsabilidade da estrutura *carismática* e *pneumatológica* da Igreja na evangelização (THEOBALD, 2016). Mas de uma forma diferente da confiança de João Paulo II em movimentos e líderes carismáticos, que fazia parte do esforço do pontificado para manter o *status quo* eclesiástico e clerical.

Uma ênfase ainda mais pronunciada na colegialidade e sinodalidade está na exortação pós-sinodal *Amoris Laetitia*. A exortação não cita apenas dez conferências episcopais (Espanha, Coréia, Argentina, México, Colômbia, Chile, Austrália, CELAM, Itália e Quênia); também usa as duas relações finais dos Sínodos (2014 e 2015) de uma forma que reflete as discussões sinodais mais do que em qualquer outro documento pós-sinodal (mais de cinquenta citações das duas *relatio*) – não sem avançar seu argumento de aceitação de parágrafos da *relatio* final de 2015 que foram aprovadas com elevado número de votos contra (n.71 com 41 votos contra, n.84 com 72 votos contra, n.85 com 80 votos contra e n.86 com 64 votos contra). Desde o início de *Amoris Laetitia*, Francisco explica sua visão do papel do magistério papal:

Gostaria de deixar claro que nem todas as discussões de questões doutrinárias, morais ou pastorais precisam ser resolvidas por intervenções do magistério. A unidade de ensino e prática é certamente necessária na Igreja, mas isso não impede várias maneiras de interpretar alguns aspectos desse ensino ou extrair dele certas consequências. Será sempre assim, à medida que o Espírito nos guia para toda a verdade (cf. Jo 16,13), até que nos conduza plenamente ao mistério de Cristo e nos capacite a ver todas as coisas como Ele o vê. Cada país ou região, aliás, pode buscar soluções mais adequadas à sua cultura e sensíveis às suas tradições e necessidades locais” (*Amoris Laetitia*, par. 3).

A inculturação teológica para Francisco é parte da necessidade de uma Igreja mais sinodal. As imagens da Igreja utilizadas no Sínodo – “como a luz de um farol no porto ou uma tocha levada entre o povo para iluminar aqueles que se perderam ou que estão no meio de uma tempestade” e o hospital de campanha (

Amoris Laetitia, par. 291) – estão no contexto de situações de emergência, mas essas situações não são utilizadas para justificar uma liderança eclesial autoritária e heróica. Pelo contrário, a voz profética é realocada no corpo da Igreja. Não é apenas a natureza específica da exortação – um documento nascido de um sínodo – é construído para acolher a recepção de uma Igreja em sinodalidade – mas é algo que se estende a toda a eclesiologia de Francisco.

Isso ficou claro no discurso proferido durante o Sínodo de 2015, para o quinquagésimo aniversário da instituição do Sínodo dos Bispos por Paulo VI em 1965. Este é o discurso mais importante de um papa sobre a sinodalidade na Igreja pós-Vaticano II e pode ser chamada de carta magna da sinodalidade no magistério papal pós-conciliar. Mais importante ainda é a articulação de Francisco das dimensões da sinodalidade nos vários níveis da Igreja Católica (nas Igrejas locais e particulares; nas Províncias Eclesiásticas e Regiões Eclesiásticas, nos Conselhos Particulares e, de modo especial, nas Conferências Episcopais; no nível da Igreja universal) é a inserção de Francisco da dimensão sinodal da Igreja no contexto do mundo global:

O mundo em que vivemos, e que somos chamados a amar e servir, mesmo com suas contradições, exige que a Igreja fortaleça a cooperação em todas as áreas de sua missão. É precisamente este caminho de sinodalidade que Deus espera da Igreja do terceiro milênio. (FRANCISCO, 2015a).

A sinodalidade vai às raízes da tradição: “O Sínodo dos Bispos é o ponto de convergência desta escuta que se realiza a todos os níveis da vida da Igreja. O processo sinodal começa com a escuta do povo de Deus, que partilha também da função profética de Cristo”, segundo um princípio caro à Igreja do primeiro milênio: *Quod omnes tangit ab omnibus tractari debet*.⁶

Mas, ao mesmo tempo há uma nova urgência missionária e ecumênica: “O compromisso de construir uma Igreja sinodal - uma missão à qual todos somos chamados, cada um com o papel que o Senhor lhe confiou - tem implicações ecumênicas significativas”. (FRANCIS, 2015b). O último parágrafo é o manifesto de Francisco pela sinodalidade na Igreja Católica global:

⁶ Sobre isso, ver o famoso artigo de CONGAR, 1958, p. 210-259.

Nosso olhar se estende também à humanidade como um todo. Uma Igreja sinodal é como um estandarte erguido entre as nações (cf. Is 11,12) em um mundo que – embora exija participação, solidariedade e transparência na administração pública – muitas vezes deixa o destino de povos inteiros ao alcance de pequenos, mas poderosos grupos. Como Igreja que “caminha junto” com homens e mulheres, partilhando as angústias da história, acalentemos o sonho de que a redescoberta da dignidade inviolável dos povos e da função da autoridade como serviço seja também capaz de ajudar a sociedade civil a sejam construídos na justiça e na fraternidade, e assim façam um mundo mais belo e humano para as gerações vindouras. (FRANCISCO, 2015b).

Este reconhecimento da inversão de posições entre a *urbs* e o *orbis* no catolicismo ficou claro desde o início do pontificado de Francisco, com a forte ênfase nos pobres e na misericórdia, e com a sinodalidade como forma da Igreja de responder aos “pequenos mas poderosos grupos”. Francisco está tentando revitalizar na Igreja uma sinodalidade que não é apenas aquela que se esforça para tornar a Igreja não monárquica e mais colegial. É também uma sinodalidade que garante que “grupos pequenos, mas poderosos” sejam proibidos de dirigir a Igreja. É um antídoto para aqueles que pensam que reformar a Igreja requer um grupo bem financiado com fundos abundantes para viagens, conexões com as poderosas e eficazes habilidades de comunicação – um fenômeno que se tornou importante na Igreja global e interconectada de hoje.

Esse fenômeno é complicado porque não é encontrado em apenas uma extremidade do espectro ideológico. Embora seja muito mais visível no lado conservador, onde dinheiro abundante está mais facilmente disponível do que para causas progressistas liberais, os dois lados do corredor tornaram-se parte, ainda que de maneiras diferentes, desse mecanismo. Os *think tanks* católicos e grupos de defesa da extremidade liberal do espectro trabalham por questões como igualdade de gênero, ética sexual, tomada de decisão leiga e justiça social e econômica. Aqueles que estão na ponta conservadora, que geralmente têm mais apoio financeiro, se concentram em questões como liberdade econômica, planejamento familiar natural e uma agenda anti-LGBTQIA+. Os grupos conservadores, especialmente, fazem pouco para defender a causa daqueles que não têm dinheiro e poder – isto é, os pobres.

A visão da sinodalidade de Francisco é antes de mais nada um apelo à Igreja, inclusive aos teólogos que podem se sentir tentados a pensar sobre sua

missão como um povo isolado da Igreja, como ele destacou na mensagem ao congresso de teologia realizado na Argentina em setembro de 2015: “O Povo crente no qual ele [ela, a teóloga] nasceu tem um significado teológico que ele não pode ignorar. Ele [ela] sabe que está 'plugado' em uma consciência eclesial e submerge [ela mesma] nessas águas. ” (FRANCIS, 2015b). A distância de Francisco da teologia acadêmica é parte integrante de sua visão da sinodalidade da Igreja: o clericalismo não está apenas entre o clero. Historicamente, no mundo ocidental, os privilégios dos acadêmicos e do clero católico têm muito em comum e se imitam.

A dimensão global da Igreja Católica constitui o motivo de uma verdadeira sinodalidade e, ao mesmo tempo, um desafio. As condições da Igreja Católica hoje são significativamente diferentes dos tempos em que o revivamento da colegialidade e sinodalidade se tornou visível, isto é, na época do Concílio Vaticano II. A globalização do catolicismo significa também uma Igreja mais tribal e polarizada global e localmente, em um mundo que está mais interconectado, mas ao mesmo tempo mais dividido do que no tempo do Vaticano II. Os problemas da globalização também são problemas católicos, com consequências importantes na eclesiologia da sinodalidade – a questão de como ser sinodal.

Nesse sentido, a contribuição de Francisco para o desenvolvimento da sinodalidade deve ser vista na periodização teológica do debate sobre a colegialidade (no Vaticano II) e sobre a sinodalidade (a Igreja pós-Vaticano II), mas também no contexto de uma história social e cultural mais ampla do catolicismo. O duplo desafio de Francisco - uma Igreja que resgata a promessa de colegialidade do Vaticano II e a necessidade de sinodalidade expressa pela Igreja pós-Vaticano II – não pode ser avaliado apenas em termos teológicos e institucionais, e faz parte de uma trajetória de longo prazo com a qual este pontificado está contando.

O “processo sinodal” lançado em maio de 2021, que culminará em outubro de 2023 em Roma com a XVI assembleia geral ordinária do Sínodo dos Bispos, é o projeto mais importante de governo da Igreja desde o Vaticano II e pode se tornar o evento eclesial mais importante em termos do catolicismo global desde

o Vaticano II. Mas também será um teste para a recepção (ou não) do pontificado do papa Francisco pela Igreja Católica global e pelo episcopado em particular. A celebração de eventos e processos entre outubro de 2021 e outubro de 2023 em diferentes fases – local, nacional / continental e central – dirá muito sobre o estado da sinodalidade no catolicismo na atualidade.

3. O Papa Francisco e a Cúria Romana

Um aspecto importante – simbolicamente e praticamente – da questão da governança da Igreja global é o governo central da Igreja Católica, também conhecido como Cúria Romana.

Por toda a sua história, desde o início do segundo milênio, mais criticada do que realmente compreendida, o mistério da Cúria Romana se deve, em parte, ao fato de que conhecemos apenas fragmentos de sua complexa e longa história. É também devido aos seus fracos fundamentos teológicos, que obrigaram os líderes eclesiais, teólogos e eclesiólogos a empregar argumentos complexos para explicar e justificar sua existência.

Mas a Cúria Romana não é uma monstruosidade na história do Cristianismo. Não é um desvio do conceito da Igreja de governar e liderar a comunidade de fiéis durante sua história no ocidente. Significativamente, todos os papas do século passado - de Pio X a Bento XVI - enfrentaram o problema da governança e da reforma da Cúria. E a maneira como cada um deles abordou a questão da Cúria foi indicativa de outros aspectos-chave de seus pontificados. (FAGGIOLI, 2015b). Agora temos uma situação semelhante com o papa Francisco. Aspectos importantes de seu pontificado podem ser melhor compreendidos olhando o que ele está fazendo (e não fazendo) em relação à Cúria Romana.

Desde o início do pontificado, Francisco tem trabalhado em uma nova constituição apostólica para uma Cúria Romana reformada para substituir aquela lançada por João Paulo II em 1988, intitulada de Pastor Bonus. Foi a maior reforma da Cúria em mais de trinta anos, e um longo esforço em sua realização, que remonta às primeiras reuniões do conselho dos cardeais entre 2013 e 2014.

Em um longo e importante artigo do bispo italiano que serviu como secretário do conselho papal composto por nove cardeais (C9), que foi publicado na revista católica *Il Regno* de Bolonha, Semeraro (2018) traçou os passos que Francisco deu até agora para reformar alguns aspectos da Cúria (por exemplo, sua criação da Terceira Secção da Secretaria de Estado em novembro de 2017). A reforma decidiu não criar o novo cargo de *moderator Curiae*, uma espécie de administrador-chefe de todos os cargos porque, segundo Semeraro, “a analogia entre a Cúria Romana e a Cúria diocesana não é adequada”. Além disso, Semeraro delineou vários princípios-chave que orientam a reforma da Cúria de Francisco. Eles incluem o princípio do gradualismo do discernimento e experimentação (flexibilidade); o princípio da tradição como fidelidade à história (sem mudanças drásticas); o princípio da inovação (por exemplo, o novo dicastério para a comunicação, criado entre 2015 e 2017); o princípio da simplificação (fusão dos dicastérios, mas também descentralização). Em seu artigo, o secretário C9 mostrou que a visão de Francisco sobre a Igreja, o papado e a Cúria Romana estão intimamente ligados. A Cúria existe não só para transmitir mensagens ao resto da Igreja, mas também para receber mensagens de uma Igreja sinodal. Ela existe para uma Igreja Católica não em retirada do mundo, mas presente no mundo segundo a constituição pastoral do Vaticano II, *Gaudium et Spes*.

O repetido atraso da nova constituição apostólica para a reforma da Cúria de Francisco não foi um sintoma de um fiasco do C9 ou do pontificado. Em vez disso, era totalmente consistente com a abordagem desse papa à Cúria Romana, que se mostrou diferente de seus predecessores desde os primeiros dias de seu pontificado. “É atraente pensar na Cúria Romana como um modelo de Igreja em pequena escala, ou seja, como um 'corpo' que se esforça cada dia seriamente para estar mais vivo, mais saudável, mais harmonioso e mais unido em si mesmo e com Cristo”, disse Francis aos funcionários da Cúria em seu encontro pré-natalino com eles em 2014 (FRANCIS, 2014b).

Essa passagem foi notável porque um problema central da Cúria sempre foi a natureza questionável de sua legitimidade teológica, além de suas funções institucionais e políticas históricas. Mas, neste discurso, Francisco tentou descrever a Cúria Romana como um “modelo de Igreja em pequena escala”,

deixando de lado claramente o fato de que ela carece fundamentalmente de uma base eclesiológica e desconsiderando as diferenças entre, por exemplo, a sociologia muito diversa da Igreja global hoje e da sociologia quase totalmente clerical da Cúria

Francisco sempre ofereceu seu diagnóstico dos problemas da Cúria Romana – especialmente nos temidos discursos de Natal aos oficiais do Vaticano – com uma linguagem que define uma experiência espiritual ao invés daquela que descreve má gestão funcional. Sua abordagem não funcionalista da Cúria é claramente consistente com sua crítica ao "paradigma tecnocrático" em sua encíclica *Laudato Si* de 2015⁷.

A esse respeito, o tratamento que Francisco dá à reforma da Cúria Romana deve ser visto no contexto de sua compreensão da questão do governo global da Igreja Católica. Por um lado, Francisco certamente impulsionou alguma descentralização da Igreja, embora sem investir seu pontificado em uma descentralização institucional. A maioria dos esforços de Francisco tem como objetivo parar e inverter a tendência, evidente no pós-Vaticano II de João Paulo II e Bento XVI, de recentralizar a Igreja em Roma. Francisco tomou decisões sobre a autoridade para traduções litúrgicas (FRANCIS, 2017a) e para as declarações de anulação do casamento⁷, que são mais restauradoras do que revolucionárias do ponto de vista eclesiológico.

Por outro lado, para Francisco, a descentralização não é apenas administrativa, mas também magisterial, como bem ilustra a exortação apostólica *Amoris Laetitia*, parágrafo 3, estendida também à geografia das viagens papais. Desde o início do pontificado, Francisco deixou claro seu desapontamento com o curso centralizador do catolicismo romano no período pós-Vaticano II, quando na exortação apostólica *Evangelii Gaudium* escreveu que “Não é aconselhável que o Papa substitua os bispos locais no discernimento de todas as questões que surgem em seu território. Nesse sentido, estou consciente da necessidade de promover uma sólida ‘descentralização’.” (*Evangelii Gaudium*, par. 16) e que “A centralização excessiva, em vez de se

⁷ Os dois *motu proprio* *Mitis iudex Dominus Iesus* and *Mitis et misericors Iesus* (ambos de 15 de agosto de 2015) sobre os casos relativos à nulidade do casamento.

provar útil, complica a vida da Igreja e seu alcance missionário. ” (*Evangelii Gaudium*, par. 32).

Francisco mostra uma vontade de descentralizar a Igreja, mas não se separa de uma compreensão bastante clássica da necessidade de um nível central. Francisco não tem em vista um retorno ao primeiro milênio ou outra época como forma de reestruturar radicalmente as estruturas da Igreja. Roma continua a desempenhar um papel para o papado de Francisco, também por causa da visibilidade contínua de seu predecessor, Bento XVI como “emérito”. Comparado a Bento XVI, Francisco falou mais sobre a Cúria e de uma maneira diferente. Francisco usou para a Cúria Romana a metáfora da antena: Roma como antena receptora e transmissora:

Voltando à imagem do corpo, convém notar que estes “sentidos institucionais”, aos quais de alguma forma podemos comparar os Dicastérios da Cúria Romana, devem funcionar de forma condizente com a sua natureza e finalidade: no nome e com a autoridade do Sumo Pontífice, e sempre para o bem e o serviço das Igrejas. Na Igreja, são chamados a ser antenas fiéis e sensíveis: enviando e recebendo. (FRANCIS, 2017c).

De modo geral, o esforço de Francisco tem sido mais no sentido de uma resincronização com as periferias pelas antenas do governo central da Cúria Romana do que uma descentralização radical. Parece que para Francisco a nova dimensão global da Igreja no mundo ainda precisa desse tipo de antena como centro de comunhão e comunicação. As grandes reformas da Cúria Romana propriamente dita antes da publicação da Constituição apostólica limitaram-se à fusão (ocorrida entre 2014 e 2016) de sete dicastérios em dois novos dicastérios sobre os leigos e sobre o desenvolvimento humano integral. Por outro lado, outras reformas decididas por Francisco colocaram de lado ou contornaram a Cúria, sem nunca apresentar o argumento para a redundância dela. A decisão de criar o Conselho de oito cardeais, anunciada em 13 de abril de 2013 e que começou a se reunir em outubro de 2013, foi uma mudança histórica na relação entre o papa e a Cúria, mas sem tirar o poder de Roma e do papado. Em certo sentido, tornou o governo central da Igreja mais centrado no papa e menos na burocracia. A inclusão do cardeal Secretário de Estado (transformando assim o C8 em C9) em julho de 2014 foi a prova de que o conselho dos cardeais é um órgão governante

emanado do poder papal - e cujo futuro após o fim do pontificado de Francisco é incerto.

Sob Francisco, a Roma papal não perdeu seu lugar “tradicional”: as assembleias do Sínodo dos Bispos continuam a acontecer em Roma; a nova atenção de Francisco à atividade da diplomacia do Vaticano baseia-se no fato de que se trata de uma diplomacia papal; A decisão de Francisco de dar ao papa mais poder na renúncia dos bispos (per papal *Rescripto*, publicado em 5 de novembro de 2014) é uma indicação de que o governo da Igreja ainda está centrado em Roma; a localização no Vaticano do novo órgão judicial dentro da Congregação para a Doutrina da Fé para lidar com apelos de padres que foram punidos por abusar sexualmente de crianças (decisão anunciada em 11 de novembro de 2014) é um sintoma de que em questões críticas, Roma é ainda visto como o lugar natural para o processo de tomada de decisões envolvendo toda a Igreja. Isso faz parte não apenas de manter a tradição, mas também da pedagogia da reforma de Francisco: o pontificado de Francisco mostrou o paradoxo de que a descentralização da governança global da Igreja Católica precisa de fortes contribuições do Vaticano.

Durante a época de Francisco, Roma foi o ponto de irradiação de uma reforma espiritual da Igreja que requer uma reforma espiritual da Cúria, mas também uma relação diferente com a dimensão magisterial do Vaticano. Em comparação com seu predecessor imediato, Francisco está invertendo a tendência da relação entre a Cúria Romana e a Igreja, de uma compreensão dogmática do governo da Igreja a uma compreensão querigmática.

4. Globalização católica e seus descontentamentos

Uma análise da maneira de Francisco lidar com a governança da Igreja requer nuances particulares, dada a eclesiologia da reforma de Francisco, que visa mais a uma conversão da mentalidade dos burocratas, do que a reforma institucional das estruturas burocráticas. Francisco é animado pela ideia de reforma da Igreja articulada por Yves Congar antes do Vaticano II, especialmente em seu livro mais importante intitulado *True and False Reform* (CONGAR, 2010), sobre o primado da caridade e da pastoralidade; a preservação da

comunhão; paciência e respeito aos atrasos; renovação através do retorno ao princípio da tradição. Isso torna a política eclesial do pontificado de Francisco mais complicada, porque a ideia de Congar de reforma da Igreja pode ser frustrante para aqueles que perderam a paciência que Congar invocava há cinquenta anos. As expectativas de muitos especialistas católicos e teólogos esperam uma reforma institucional visível da Cúria, que muitas vezes expressa uma mentalidade tecnocrática que não é a de Francisco.

Durante os primeiros oito anos de pontificado, Francisco não enfatizou a necessidade de uma reforma burocrática do governo central da Igreja Católica, e há uma diferença entre ele e os predecessores que lhe são teologicamente mais próximos: João XXIII convocou o concílio de 25 de janeiro de 1959, menos de três meses após sua eleição, em um ato que foi em si uma forma de abordar a questão da Cúria Romana e seu papel na Igreja global; Paulo VI reformou a Cúria quatro anos após sua eleição, com a constituição apostólica *Regimini Ecclesiae Universae* de 15 de agosto de 1967. A abordagem de Francisco da questão da Cúria Romana foi moldada por olhar para ela não do centro - como era típico de seus predecessores - mas das periferias e da Igreja global: há uma diferença nas emergências percebidas e nas soluções.

A questão da reforma da Cúria Romana e da governança da Igreja estava bem no topo da lista das expectativas no início do pontificado de Francisco, em uma Igreja global onde a mentalidade da agenda de reforma de um único tema tornou-se mais influente do que no passado. Uma das principais mudanças que vimos nos últimos anos - não apenas na política, mas também na Igreja - é a crescente influência de grupos de defesa, *lobbies e think tanks*. Entre os católicos progressistas liberais "decepcionados" com o papa Francisco, há aqueles que censuram Francisco por não ter cumprido as promessas de "modernização" do aparato burocrático da Igreja.⁸

Em certo sentido, a maneira como Francisco abordou a questão da reforma institucional é representativa de todo o pontificado: revolucionária demais para o porta-estandarte do *status quo* e tradicional demais para "revolucionários" e

⁸ Esse tipo de expectativa, por exemplo, em Marco Marzano. *La Chiesa immobile. Francesco e la rivoluzione mancata* (Roma-Bari: Laterza, 2018).

sua agenda para o papado de Francisco. Esta não é uma posição centrista que é ideologicamente confusa para as frentes entrincheiradas do catolicismo ideológico. Em parte, é a impossibilidade de enquadrar Francisco no esquema “liberal vs conservador”, especialmente para a questão institucional do catolicismo. Mas também faz parte da evolução do ministério papal. Governar a Igreja de Roma pode ser visto como uma tarefa formidável para um evangelizador contra séculos de bagagem institucional estratificada, mas também pode ser visto como uma história de advertência contra o fetiche mundano do Papa-superstar, um herói solitário e um milagreiro. As expectativas messiânicas do bispo de Roma são testadas pela Cúria Romana: a resiliência da burocracia do Vaticano pode ser interpretada de forma simplista como a luta pela preservação do poder de Roma. Mas essa relutância do governo central do Vaticano em ser reformado ou em reformar-se também pode servir ao propósito saudável de trazer de volta à realidade as expectativas sobre a liderança na Igreja Católica.

A verdadeira questão para o futuro da Igreja Católica global não é a reforma ou reforma da Cúria Romana, mas a capacidade do resto da Igreja de apoiar o desenvolvimento de uma Igreja global que não pode e não vai contar com Roma como no passado em uma Igreja Católica mais centrada na Europa. Em outras palavras, a verdadeira questão é sobre o “efeito Francisco” nas Igrejas locais, e especialmente nas conferências episcopais nacionais e continentais, e a partir delas nos seminários para a formação dos sacerdotes e nas escolas de teologia e ministério. A visão de Francisco para uma globalização do colégio cardinalício tem sido um sucesso: a ruptura de Bergoglio com o critério histórico das tradicionais sedes cardeais (abrindo espaço para novos cardeais do “sul global” e Igrejas mais jovens em todo o mundo, especialmente da África e da Ásia) possibilitou o afastamento dos modelos anteriores de representação da Igreja através da composição do colégio eleitoral do bispo de Roma.⁹ O mesmo pode ser dito sobre as nomeações de bispos, que sob Francisco foram escolhidos entre padres com um perfil visivelmente pastoral e não entre clérigos de formação administrativa ou acadêmica.

⁹ Ver especialmente os consistórios para a criação de novos cardeais de 22 de fevereiro de 2014, 14 de fevereiro de 2015 e 19 de novembro de 2016.

A questão da reforma da vida das Igrejas locais continua em aberto. O pontificado de Francisco e as reações ao seu apelo evangélico, ao Evangelho *sine glossa* - sem demasiada mediação cultural - mostraram que o verdadeiro desafio é, mais do que a reforma da instituição, nas palavras do teólogo italiano Giuseppe Ruggieri, “a reapropriação da Igreja como experiência de fraternidade e irmandade.” (RUGGIERI, 2017, p. 170). Os descontentamentos da globalização católica são mais sobre um senso mais fragmentado da Igreja do que sobre a incapacidade de reformar as estruturas. As chaves para este sentido sinodal da Igreja – liturgia, pobreza e misericórdia – têm sido as mais difíceis para Francisco transmitir à revanche neoconservadora e neotradicionalista no catolicismo que agora, duas gerações depois do Vaticano II, é parte integrante da paisagem católica no Ocidente lidando com a globalização da Igreja. A insurgência neotradicionalista terá um impacto na agenda da Igreja e também em um aspecto em que os neotradicionalistas católicos tendem a ser mais agnósticos do que em outras questões (litúrgica, canônica, moral-teológica).

Aqueles que tentam entender a questão da reforma da governança da Igreja global encontraram no pontificado de Francisco um momento importante para compreender o desenvolvimento do problema. Se a decisão de Bento XVI de renunciar também foi devido a uma falha em sua capacidade de controlar o governo central da Igreja, o pontificado de Francisco mostrou que a crise foi mais profunda do que um papa em particular. Francisco é o papa de uma Igreja recém-globalizada no sentido de que a globalização da Igreja significa a transição do sonho funcionalista do Vaticano II (SALE, 2017) – o concílio trabalhou com a ideia da existência de uma solução institucional para os problemas do catolicismo – para a realidade de governar uma instituição que se tornou muito menos dependente de leis e regulamentos e muito mais do elemento carismático.

O pontificado de Francisco também foi sobre a relação entre as expectativas de um papa em ser um reformador da instituição de um lado e, do outro lado, o fato de que o papado romano se tornou um papel carismático. Em que pese a institucionalização do papado tenha tentado controlar na “carismatização” do papel papal desde o Primeiro Concílio Vaticano de 1869-1870 (as declarações sobre o primado papal e a infalibilidade papal), o papado agora

incorpora um poder carismático mais do que costumava ser, e mais carismático do que institucional.

Paradoxalmente, um dos descontentamentos dessa globalização católica vem da consciência da crescente evidência dos limites do poder papal na Igreja de hoje. A “internacionalização” da Cúria Romana sonhada pelo Vaticano II e lançada por Paulo VI foi concretizada pelo Papa Francisco ao reestruturar simbolicamente a relação entre o Papa e a Igreja global criando mais distância entre o papa de um lado e do outro a Cúria, seu ambiente histórico-político romano e italiano. O papado de Francisco tem se concentrado mais na cidade caótica, multicultural e multirreligiosa de Roma do que na cidade sagrada, a Roma papal; mais focado em católicos e cristãos italianos do que na conferência dos bispos italianos ou na política italiana.

Isso é consequência do que se poderia chamar, parafraseando o famoso relatório *Tristes Tropiques* (LÉVI-STRAUSS, 1955), a parte triste da globalização católica. É uma globalização mais afetada pelo etno-nacionalismo e tribalismo não só na esfera social e política, mas também na Igreja. Um exemplo é o caso de Peter Okpaleke, nomeado bispo da diocese de Ahiara no sul da Nigéria por Bento XVI em 2012, mas nunca conseguiu tomar posse da diocese devido à natureza generalizada dos protestos. É um dos casos que mostra a nova e visível dificuldade do poder papal em conquistar identidades eclesiais fragmentadas. O bispo Okpaleke teve que renunciar em fevereiro de 2018, apesar da forte mensagem de Francisco à sua Igreja local em uma carta de junho de 2017 para aceitá-lo como bispo. (FRANCIS, 2017b). O papa recuou na disputa com padres nigerianos que reclamaram que Okpaleke não era de Mbaise, a região em torno de sua diocese, e Francisco aceitou a renúncia do bispo.

Os descontentamentos da globalização católica não estão emergindo apenas daquelas partes do globo católico que adquiriram nova visibilidade na era da Igreja interconectada. Agora faz parte da vida do catolicismo em áreas maiores do mundo. O fenômeno do novo tradicionalismo católico deve ser entendido também como uma reação contra a globalização multicultural e também contra a globalização católica. Essa fragmentação foi ampliada pela virtualização do catolicismo – ou seja, a criação de identidades religiosas no ciberespaço – e pelo

legado da esclerose institucional da Igreja sob a orientação de João Paulo II e Bento XVI, marcada pela incapacidade não só viver sinodalmente, mas também acreditar na própria ideia de uma Igreja que pode debater sinodalmente.

Em uma época de nacionalismo crescente, bem como de polarização dentro da própria Igreja Católica, a governança global do problema da Igreja depende muito mais das periferias do que do centro: a verdadeira transição para uma Igreja sinodal depende de quanto a Igreja ao redor do mundo está disposta a aceitar e apoiar esse novo tipo de governo da Igreja. O catolicismo hoje ainda flerta com a tendência perigosa de confiar em apenas um homem - o papa. O pontificado de Francisco certamente ofereceu um exemplo interessante de liderança em uma nova era de fascinação por “homens fortes”.

5. Governança da Igreja Global e a Crise do Abuso Sexual

Uma das áreas em que Francisco tentou resistir à tentação e à pressão de agir como um “homem forte” e ao apelo por um papado de “lei e ordem” é em sua maneira de lidar com a crise dos abusos sexuais na Igreja Católica. Na verdade, o tratamento deste escândalo global tem sido uma das áreas em que o governo espiritual de Francisco da Igreja Católica por meio do discernimento foi recebido com impaciência.

É a partir do pontificado do Papa Francisco que a crise dos abusos cometidos pelo clero católico se tornou uma crise católica global também na percepção do Vaticano. O encontro inédito de todos os presidentes das conferências episcopais no Vaticano de 21 a 24 de fevereiro de 2019 foi um momento chave para entender a tensão paradoxal entre a necessidade de descentralizar a Igreja Católica e ao mesmo tempo chamar a Igreja para uma reforma descentralizadora a partir do centro.

O fenômeno da crise e a resposta à crise mostraram as particularidades da Igreja Católica como Igreja global, mas também como uma organização internacional onde o nível religioso-espiritual e o nível político-diplomático nunca estão completamente separados. A crise dos abusos na Igreja Católica pôs à prova a lógica da estrutura da Igreja muito mais do que qualquer organização

investigada pelo mesmo padrão de comportamento criminoso, e muito mais do que outras Igrejas e grupos religiosos. Mas também pôs à prova o modelo eclesiológico de governo da Igreja pós-Vaticano II.

A crise dos abusos na Igreja Católica é uma crise em várias camadas: um problema de corrupção (crimes e encobrimento), um problema de credibilidade do ensino oficial sobre moralidade sexual e um problema de grande diversidade na Igreja Católica ao lidar com tudo o que tem a ver com gênero e sexualidade. (FAGGIOLI, 2018). Mas a crise dos abusos também revelou a insustentabilidade de um modelo eclesiológico que no segundo período pós-Vaticano II (entre João Paulo II e Bento XVI) frustrou o papel teológico do nível local e nacional. Nesse sentido, a ação de Francisco sobre a crise dos abusos sexuais tem sido uma mistura de impulsos centrais necessários (desde a criação da Comissão Pontifícia para o Abuso de Menores em 2014 até a decisão de convocar a reunião de todos os presidentes da Conferência Episcopal e superiores maiores das ordens religiosas em fevereiro de 2019) e de uma nova abertura de espaços de colegialidade e de sinodalidade. Esta é uma mistura que reflete não apenas a eclesiologia do Papa Francisco, mas também a necessidade de uma mistura complexa entre o nível universal-central e o nível local no catolicismo romano.

Não há dúvida de que o reequilíbrio eclesiológico do Papa Francisco tentou reverter a centralização dos pontificados anteriores e tentou fazer isso com uma geração de bispos que foram anteriormente nomeados e promovidos com base em diferentes prioridades eclesiológicas. Mas é uma questão em aberto – para lidar com a crise dos abusos sexuais, mas de forma mais geral para a governança da Igreja Católica em geral – que tipo de equilíbrio será esse. É certo que a crise dos abusos tem um grande impacto na reconsideração de uma ampla gama de questões eclesiológicas: a relação entre a Igreja e o Estado, entre o clero e os leigos, entre as Igrejas locais e Roma. No que diz respeito ao tratamento da crise dos abusos por parte da Igreja institucional, a estratégia para combater o abuso sexual clerical começa com Bento XVI. Mas o discurso sobre colegialidade e sinodalidade como conversões eclesiológicas necessárias para lutar contra o clericalismo como causa raiz do abuso sexual na Igreja começa com o Papa Francisco.

O ano de 2018-2019 inaugurou também uma nova fase na história da crise dos abusos católicos: não apenas pela destituição do então cardeal Theodore McCarrick, mas também pelas condenações do cardeal George Pell por um tribunal australiano por crimes de abuso sexual contra menores e do cardeal Philippe Barbarin por um tribunal francês por não denunciar um padre abusivo. Juntos marcam um novo capítulo nas relações entre a Igreja e o Estado (tanto Pell como Barbarin foram posteriormente absolvidos, entre janeiro e abril de 2020). Tornou-se também um novo tipo de teste para a governança do próprio papado. A primavera de 2019 deixou clara a complexidade sem precedentes da crise e o papel do papado nela. Do entorno de Bento XVI, em 10 de abril de 2019, surgiu um ensaio, assinado pelo “Papa Emérito”, interpretando a gênese da crise dos abusos sexuais, de forma a constituir uma contra narrativa que alimentou diretamente a oposição ao Papa Francisco.

A crise dos abusos tornou-se um teste para a Igreja Católica na globalização também porque atinge o cerne de uma profunda contradição e coexistência dentro da teologia católica destes últimos sessenta anos: de um lado, a compreensão de que a Igreja Católica nunca foi tão centralizada como é, e precisa de descentralização; por outro lado, a consciência de que na história da Igreja os principais processos de reforma sempre precisam de um certo grau de centralização.

REFERÊNCIAS

BIER, Georg. Papa Francesco legislatore. **Il Regno – attualità**. Bologna, v. 22, p.682-685, 2017.

CHIRON, Jean-François. Sensus fidei et vision de l’Église chez le Pape François. **Recherches de Science Religieuses**. Paris, tome 104, p.187-205, 2016.

CONGAR, Yves. **True and False Reform in the Church**. Transl. Paul Philibert, O.P. Collegeville MN: Liturgical Press, 2010. Original French: Paris: Cerf, 1950.

CONGAR, Yves. *Quod omnes tangit ab omnibus tractari et approbari debet*. **Revue historique de droit français et étranger**. Paris, v. 81, p. 210-259, 1958.

FAGGIOLI, Massimo. **Pope Francis: Tradition in Transition**. New York: Paulist Press, 2015a.

FAGGIOLI, Massimo. The Roman Curia at and after Vatican II: Legal-Rational or Theological Reform? **Theological Studies**. Washington, v. 76, n.3, p. 550-571, 2015b.

FAGGIOLI, Massimo. The Catholic Church's Biggest Crisis Since the Reformation. **Foreign Affairs**. October 11, 2018. Available on: <https://www.foreignaffairs.com/articles/world/2018-10-11/catholic-churchs-biggest-crisis-reformation>. Access in: 23/06/2021.

FAGGIOLI, Massimo. **The Liminal Papacy of Pope Francis**. Moving toward Global Catholicity. Maryknoll NY: Orbis, 2020.

FORESTIER, Luc. Le pape *François* et la *synodalité*. *Evangelii gaudium*, nouvelle étape dans la réception de Vatican II. **Nouvelle revue théologique**. Bruxelles, v. 137, n. 4, p. 597-614, 2015.

FRANCIS, Pope. Apostolic Exhortation *Evangelii Gaudium* of the Holy Father Francis. 2013. Available at: https://www.vatican.va/content/francesco/en/apost_exhortations/documents/papa-francesco_esortazione-ap_20131124_evangelii-gaudium.html. Accessed 7 January 2022.

FRANCIS, Pope. Letter to Cardinal Lorenzo Baldisseri, Secretary General of the Synod of Bishops on the occasion of the elevation of Msgr. Fabio Fabene Undersecretary of the Synod to the dignity of bishop. April 1, 2014a. Available at: https://w2.vatican.va/content/francesco/en/letters/2014/documents/papa-francesco_20140401_cardinale-baldisseri.html. Accessed 7 January 2022.

FRANCIS, Pope. Christmas Address to the Roman Curia. December 22, 2014b. Available at: https://w2.vatican.va/content/francesco/en/speeches/2014/december/documents/pa-pa-francesco_20141222_curia-romana.html. Accessed 7 January 2022.

FRANCIS, Pope. Message to participants in an international theological congress held at the Pontifical Catholic University of Argentina (September 1-3, 2015). September 3, 2015a. Available at: https://w2.vatican.va/content/francesco/en/messages/pont-messages/2015/documents/papa-francesco_20150903_videomessaggio-teologia-buenos-aires.html. Accessed 7 January 2022.

FRANCIS, Pope. Address for the Fiftieth Anniversary of the Institution of the Bishops' Synod, October 17. 2015b. Available at: http://w2.vatican.va/content/francesco/en/speeches/2015/october/documents/papa-francesco_20151017_50-anniversario-sinodo.html. Accessed 7 January 2022.

FRANCIS, Pope. Post-Synodal Apostolic Exhortation *Amoris Laetitia* of the Holy Father Francis. 2016. Available at: https://www.vatican.va/content/dam/francesco/pdf/apost_exhortations/documents/papa-francesco_esortazione-ap_20160319_amoris-laetitia_en.pdf. Accessed 7 January 2022.

FRANCIS, Pope. Apostolic Letter issued "Motu Proprio" of the Supreme Pontiff Francis "Magnum Principium". September 9, 2017a. Available at: https://www.vatican.va/content/francesco/en/motu_proprio/documents/papa-francesco-motu-proprio_20170903_magnum-principium.html. Accessed 7 January 2022.

FRANCIS, Pope. Address to a delegation from the Diocese of Ahiara, Nigeria. June 8, 2017b. Available at:

https://w2.vatican.va/content/francesco/en/speeches/2017/june/documents/papa-francesco_20170608_diocesi-ahiara.html. Accessed 7 January 2022.

FRANCIS, Pope. Address to the Roman Curia, December 21, 2017c. Available at: http://w2.vatican.va/content/francesco/en/speeches/2017/december/documents/papa-francesco_20171221_curia-romana.html. Accessed 7 January 2022.

LEGRAND, Hervé-Marie. Le riforme di Francesco. **Il Regno – attualità**. Bologna, v. 12, p. 419-428, 2014.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **Tristes tropiques**. Paris: Plon, 1955.

SPADARO, Antonio; GALLI, Carlos Maria (eds.). **For a Missionary Reform of the Church. The Civiltà Cattolica Seminar**. Transl. Demetrio S. Yocum. Foreword by Massimo Faggioli. New York/Mahwah NJ: Paulist Press, 2017.

SPADARO, Antonio (ed.). **Il nuovo mondo di Francesco**. Come il Vaticano sta cambiando la politica globale. Padova: Marsilio, 2018.

RICCARDI, Andrea. **La sorpresa di papa Francesco**. Crisi e futuro della Chiesa. Milano: Mondadori, 2013.

RUGGIERI, Giuseppe. **Chiesa sinodale**. Roma-Bari: Laterza, 2017.

SALE, Giovanni. La riforma della Curia Romana. Dal Concilio Vaticano II ai nostri giorni. **La Civiltà Cattolica**. Roma, I 3998. 14-28, p. 105-119, 2017.

SCHICKENDANTZ, Carlos. The Episcopal Conferences: 'This Desire Has Not Been Fully Realized' (EG 32). In: SPADARO, Antonio; GALLI, Carlos Maria (eds.). **For a Missionary Reform of the Church**. The Civiltà Cattolica Seminar. Foreword by Massimo Faggioli. New York/Mahwah NJ: Paulist Press, 2017, p. 376-399.

SEMERARO, Marcello. Riforma della Curia: in atto. **Il Regno – attualità**. Bologna, v. 2, p. 1-7, 2018.

THEOBALD, Christoph. **La réception du concile Vatican II**. Vol. 1: Accéder à la source. Paris: Cerf, 2009.

THEOBALD, Christoph. **Fraternità**. Il nuovo stile della Chiesa secondo papa Francesco. Foreword by Enzo Bianchi. Bose: Qiqajon, 2016.